

-----**ATA N.º 5/2018**-----

-----Aos 28 dias do mês de setembro de 2018, pelas 14.30h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Técnico do Gabinete de Desporto da Câmara Municipal, Ricardo Pinto, para a apresentação do Sports Fest.-----

-----O Técnico, Ricardo Pinto disse que esta apresentação servia para apelar à participação no evento que era 100% organizado pela autarquia. Informou ainda que, este evento já ia na sua 3ª edição, organiza-se desde 2015, tendo-se verificado que era uma aposta positiva.-----

-----Mais disse que o evento assentava em várias modalidades desportivas, iam ter mais de 100 instrutores nacionais e internacionais. Esclareceu, também, que o público-alvo era o público local e nacional, tendo *stands* de norte a sul do país e também espanhóis.-----

-----De seguida, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que, em virtude da Senhora Deputada Ana Isabel Lopes Correia, ter solicitado a suspensão do seu mandato de Deputada Municipal, no dia 29/06/2018, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, Senhora Maria Angelina Veloso Marques Dias, para estar presente e nos termos da lei assumir funções.-----

-----Informou, também, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, Luís Bernardo Pina Mimoso se fez representar pelo seu Tesoureiro, José Eduardo Sousa. E o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal, José Francisco Gomes se fez representar pelo seu Tesoureiro, Francisco Duarte Amaro Coito.-----

-----  
-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----Ana Isabel Lucas Cabral Janelas;-----  
-----Joaquim Lopes de Abreu; -----  
-----Olga Maria Pereira Marques;-----  
-----Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo; -----  
-----Albino Freire Bárbara; -----  
-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva; -----  
-----José António Rodrigues de Sousa; -----  
-----Alexandra Raquel da Fonseca Monteiro;-----  
-----António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida; -----  
-----Jónatas da Fonseca Farias Rodrigues;-----  
-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----  
-----Flávio Manuel Granjal de Sá;-----  
-----Helena Susana Cardoso Belo; -----  
-----João Manuel Gaspar de Andrade; -----  
-----Joaquim de Almeida; -----  
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----  
-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----  
-----António Fernando de Jesus Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro;-----  
-----João Paulo Pinheiro Machado, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----  
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----  
-----José Eduardo de Sousa Cardoso, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em representação do Senhor Luís Bernardo Pina Mimoso; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----

-----Francisco Duarte Amaro Coito, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Minhocal, em representação do Senhor José Francisco Gomes;-----

-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;-----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----José Rocha Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, António Graça Silva, Bruno Alexandre Castro de Almeida e Júlio Manuel dos Santos.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo, na qualidade de primeira e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----  
-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos e conclusões da Comissão Permanente, nos termos do disposto no regimento. -----

-----Informou que a próxima reunião da Comissão Permanente irá ser realizada numa freguesia. Foram sorteadas três freguesias, ficando de se apurar junto dos respetivos Presidentes de Junta de Freguesia qual a disponibilidade dos mesmos para acolher as referidas reuniões. O ideal seria descentralizar as sessões da Assembleia Municipal, mas chegou-se à conclusão de que seria muito difícil de se levar às freguesias por toda a logística envolvente.-----

-----De seguida deu conhecimento de que foi rececionada uma carta do munícipe António Fragona, na qual solicita esclarecimentos sobre o fornecimento de gás que o próprio fazia à autarquia e que deixou de fazer por vontade da mesma, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o assunto.-----

-----No uso da palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que em relação a esta questão, o Senhor Fragona já tinha estado na Câmara Municipal mais que uma vez e foi-lhe dada uma explicação pessoalmente. Ele depois entendeu formalizar o assunto através dessa carta, em função de uma mudança de fornecedor de gás que foi feita pelos serviços da Câmara, e a explicação que foi dada, foi que o fornecimento de gás que foi feito, continuou a ser feito dentro da mesma marca, apenas o fornecedor deixou de ter essa marca e outro fornecedor local passou a efetuar esse fornecimento. Esta preocupação, acerca destes procedimentos, nunca foi trazida a esta Assembleia enquanto anos e anos esse fornecedor foi abastecedor de gás. -----

-----Informou que, desde janeiro de 2005 até ao dia em que este Executivo entrou em funções foram adquiridos bens e serviços e, principalmente, quanto à despesa de gás, houve três fornecedores havendo uma desproporção entre eles, havendo em 2018 uma normalização relativamente àquilo que tem sido a política da Câmara, que é fazer uma divisão das compras pelo comércio local, enquanto nos anos anteriores houve um grande desequilíbrio.-----

-----Mais disse que, de maio até ao momento, o Senhor Fragona não forneceu gás à Câmara Municipal, sendo que, quem o forneceu foi o Senhor Manuel Simões e a Agroaires. -----

-----Proferiu também que irá responder à missiva do Senhor Fragona.-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que na sua opinião estes assuntos devem ser tratados desde que não haja discrepâncias e a Assembleia Municipal tem o dever de fiscalizar os atos da Câmara Municipal e, assim sendo, o Senhor Presidente é que tem de responder. Portanto, quando o munícipe não vem expor o seu problema na sessão da Assembleia Municipal, e envia uma carta para esta Assembleia tem de se lhe dar resposta. Porém, o Senhor Fragona faz uma acusação nítida à Câmara Municipal de não haver transparência, concorrência e igualdade. ---

-----Questionou o Senhor Presidente se comprava a garrafa de 45Kg mais cara à concorrência do que comprava a este fornecedor. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que existe um tratamento coerente por parte da Câmara Municipal, assumindo privilegiar o comércio local, mesmo que eventualmente isso traga alguns custos para o município, porque temos de privilegiar quem cá vive e até para não contribuir para a desertificação. -----

-----Informou, também, que foi dito ao Senhor Fragona que se procurou que houvesse um tratamento de igualdade e equidade, optando-se pela continuidade da marca e que até ao final do ano seria esse o procedimento relativamente ao fornecimento de gás e em janeiro do próximo ano se iria equacionar a situação. Portanto, o que também foi reportado na altura foi que havia uma semelhança em termos de preços, mas qualquer pessoa tinha legitimidade de dizer o que quisesse.-----

-----O Senhor **Deputado José Sousa** disse não concordar muito com as palavras do Senhor Presidente, pois nunca este assunto tinha vindo a uma Assembleia Municipal, porque quando os líderes de bancada recebem uma carta tem de se dar uma resposta. Ao receber essa carta pareceu-lhe haver ali uma falta de diálogo entre a Câmara e o fornecedor em causa, e pareceu-lhe não haver uma transparência muito visível.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que, sobre esse assunto não se iria alargar muito, mas como líder da bancada quis enaltecer a atitude do Senhor Fragona por ter tido a coragem em ter enviado a carta e não se ter escondido nas redes sociais. Assim que recebeu a carta teve a oportunidade de questionar o Senhor Presidente sobre o assunto e obteve uma resposta que estava enquadrada dentro do que já foi ali explicado. Todavia, como o Senhor Fragona teve a coragem de expor esse assunto na Assembleia Municipal, também a Câmara terá de encaminhar uma resposta

por escrito. Mais disse que, quando no passado esteve na oposição enviou cartas para o Governo e não obteve resposta, agora se pudermos fazer algo mais e fazer diferente, acha que se deve fazer.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse ter a consciência de que em termos de resposta teria de haver uma melhoria, uma vez que tem havido algumas falhas, e ficou o compromisso de responder ao Senhor António Fragona.-----

-----Armando Augusto, **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal** referiu-se ao Edital no qual se informa que se iriam eliminar as luminárias em propriedade privada, dizendo que concordava que se cortasse a luz nos caminhos para as quintas, mas que junto às mesmas não o fizessem. Disse que também gostaria de saber se não haveria alguma forma de negociar com a EDP, porque segundo sabe a EDP paga à Câmara uma renda pelos postes na via pública, se também seria possível pagar essa mesma renda aos particulares.-----

-----Disse também que recebeu uma carta da Câmara onde constava que para controlarem a água dos chafarizes se deslocassem à Câmara para fazerem um contrato, mas a Junta do Baraçal paga a água da sua sede e a água do cemitério. No Baraçal existe um chafariz que é simbólico, mas quem paga essa água é o Presidente da Junta e quando há uma rotura na rede de água é ao Presidente de Junta que compete, portanto agradecia ao Senhor Presidente que fizesse uma retificação dessa situação.-----

-----Mais disse que, se fala muito na dívida, mas também é um facto que a Câmara tem património, acabando por questionar se não seria possível que algum desse património fosse vendido para que a Câmara pagasse a dívida.-----

-----Referiu-se à passagem de nível em que a Junta do Baraçal propôs que se fizesse uma alteração, à qual foi respondido que não era possível. Contudo, ficou surpreendido com a aprovação do projeto que já tinha sido

feito pela autarquia, mas a Junta de Freguesia nunca aprovou nada, portanto gostaria de saber qual foi a autarquia que fez essa aprovação. Recordou que o Senhor Presidente foi a Celorico Gare onde houve uma reunião com os munícipes para se arranjam alternativas, para que ali se fizesse uma ponte. No Baraçal propôs-se que na Rua Magalhães Osório, que ficará sem saída devido ao corte da passagem de nível, se fizesse uma rotunda junto ao apeadeiro para que os bombeiros ou outros meios de transporte possam virar ali, pois moram aí cerca de trinta pessoas. -----

-----Relativamente às limpezas disse que era difícil arranjar pessoal devidamente credenciado nas aldeias, contudo o Senhor Presidente já há um ano tinha dito que ia tratar do assunto, mas até agora não se viu nada. Em julho a Junta de Freguesia enviou uma carta com carácter de urgência ao município para que a máquina que faz a limpeza fosse ao Baraçal e até ao momento não foi. -----

-----Quis também justificar a sua falta ao simulacro no âmbito do programa das aldeias seguras/pessoas seguras, que houve no Espinheiro. -

-----Referiu que existe um moinho junto à Ratoeira, do outro lado do rio, e falou com o proprietário, que lhe disse que se a Câmara o ajudar, as despesas de recuperação ficariam a seu cargo. -----

-----Falou também de um Lagar que o Senhor Lima das Quatro Quintas queria fazer junto à rotunda da Cortegada e parece que há dificuldades, pois entretanto a Câmara recebeu uma carta da EDP onde consta que irá ali colocar uma subestação e que irá ocupar um sítio que é estratégico, devendo o projeto do Senhor Lima ser aprovado. -----

-----Propôs ao Senhor Vereador António Silva e ao Senhor Presidente da Câmara que a Junta tinha 140.000m<sup>2</sup> onde se poderia construir um bairro social, e o Baraçal está disponível para quando as obras começarem ou se quiserem começar, disponibilizar 25.000€ para ajuda do mesmo. -----



-----No uso da palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que todas as questões eram importantes, reconhecendo que havia algumas coisas que queriam fazer, mas que ainda não conseguiram fazê-las.-----

-----Quanto às luminárias nas estradas e caminhos, nomeadamente em propriedade privada, disse que era um processo que não estava a ser pacífico, pois não agradava a todos, sendo também um processo complexo, onde nem sempre a EDP agia com a celeridade que se gostaria. Portanto, assumiu-se a posição de se fazer o corte das luminárias em propriedade privada, tendo em conta as pessoas mais frágeis e idosas, até mesmo pela segurança dessas mesmas pessoas. O processo não está concluído e todas as situações serão contempladas com uma luminária onde as pessoas entenderem, que pode ser na entrada da propriedade ou junto de casa. Mas este é um problema que deriva de um problema maior que é a dívida, e a fatura maior para o município é a eletricidade que todos os anos ascende a um montante de 450.000€.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou no sentido de saber quem fazia a análise de quais as luminárias a extinguir e se os Presidentes de Junta de Freguesia poderiam ajudar nessa questão. --

-----Continuando a sua intervenção o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que quem fez essa análise foram os técnicos da autarquia e que, no seu entender, os Presidentes de Junta de Freguesia eram uma peça fundamental no processo de informação.-----

-----Relativamente à questão das águas, disse ser outra das faturas pesadas para o município, porque há um contrato com as Águas do Vale do Tejo que os obriga a pagar todos os meses a água em alta, quando a que se cobra é a água em baixa. Porém, entende que não se deve privar as pessoas de água, mas também entende que em cada lugar devem ser os Presidentes de Junta a fazer a gestão desse recurso que tende cada vez mais a escassear. Para além da fiscalização que a Câmara deve ter

relativamente às fugas de água, associadas às condutas que estão velhas e às fugas proporcionadas por roubos de água, por parte de alguns particulares, há também um cuidado que se deve ter, começando pela Câmara Municipal, racionando o consumo, com os jardins, as rotundas e o campo de futebol que implicam um grande consumo e um peso na fatura. Assim como, nas aldeias há os chafarizes onde no verão existe um descontrolo, havendo um exagero em regar os jardins e lavar os carros e esse controlo deve ser feito. O controlo da água que é paga, poderá ser devidamente interligada com os Presidentes de Junta, para que haja uma forma de controlo de poupança de água, e se houver custos e fiscalização não haverá tanto desperdício. -----

-----No que concerne a questão da dívida disse ser um facto incontornável e toda a gente sabe que ela existe e tem de ser paga. Portanto, está-se dentro de um processo de saneamento financeiro e têm de assumir compromissos e a Lei dos compromissos obriga à redução de dívida todos os anos em 10%. Também é verdade que o município tem património, mas tem de se fazer um equilíbrio e não se pode delapidar o património a qualquer preço, mas também é uma questão que se está a analisar e a equacionar, aquilo que não seja essencial para a Câmara Municipal, poder-se-á ponderar a sua venda. -----

-----No que respeita à passagem de nível informou que, a Câmara se disponibilizou para procurar, encontrar a melhor solução para Celorico Gare e para o Baraçal, mas foi a IP (Infraestruturas de Portugal) que fez os pareceres técnicos e os estudos. A Câmara o que pode fazer é pressioná-los, mas a decisão final será sempre deles. Em relação à questão do Baraçal os levantamentos não foram feitos pela autarquia, nem existe nenhum acordo por parte da Câmara, e aquilo que possa ser feito ou não, é uma questão que cabe exclusivamente à Infraestruturas de Portugal. -----

-----Quanto à limpeza reconheceu que não tem sido feita de forma brilhante, mas de facto há o compromisso de se responder a todas as situações, não pondo de parte a limpeza dos caminhos, das bermas e das

ruas estando-se a diligenciar para que no ano que vem a máquina que foi adquirida esteja ao serviço das aldeias, dentro de uma escala, e da mesma forma, está-se também a trabalhar para que a equipa de sapadores funcione, porque muitas coisas, efetivamente, não têm corrido bem. -----

-----Relativamente à carta que a Junta de Freguesia enviou à Câmara reconheceu que o processo de comunicação tem de ser melhorado, havendo pelo menos uma resposta. -----

-----No que se refere à questão do Senhor Lima disse que, efetivamente o Senhor já tinha mostrado interesse em fazer um investimento no local referido, mas há questões que têm de ser tratadas com outras entidades. Há situações que têm a ver com, por exemplo, a questão da EDP, por causa das linhas de alta tensão e da subestação que, em princípio, irá ser ali construída, obviamente que a EDP terá de negociar com os proprietários do terreno, mas isso é uma questão à qual não existe uma resposta cabal. Por conseguinte, haverá sempre disponibilidade por parte do município dentro das possibilidades da Câmara tendo em conta o PDM (Plano Diretor Municipal). -----

-----Quanto à proposta de construção de um bairro social no Baraçal passou a palavra ao Senhor Vereador António Silva. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que o assunto da habitação social se enquadra num diploma que é o acesso à habitação condigna, cujo programa se chama “1º Direito”. Naturalmente, o departamento de ação social da Câmara estava a atuar nesse âmbito trabalhando no problema da habitação precária da comunidade de etnia cigana, mas também de famílias carenciadas. Neste momento, o total das intervenções nesta área ascende a 40 casos, e apelou aos Presidentes de Junta de Freguesia que ainda não sinalizaram os casos de famílias com carência habitacional, que o fizessem. Contudo, agradeceu ao Senhor Presidente da Junta do Baraçal a disponibilidade não só do terreno mas também a disponibilidade financeira para a execução. -----

-----Disse também que, há um assunto associado a esse em que o Senhor Deputado Joaquim de Almeida, na altura, disponibilizou o acesso e elencou um conjunto de contactos, nomeadamente, com a engenharia militar, e dentro de todo esse processo está colocada a possibilidade, em segundo plano, mas não quer dizer que não possa ser em simultâneo, a utilização da maquinaria.-----

-----Filipe Guerra, **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares** disse que, relativamente aos dados estatísticos que o Senhor Presidente da Câmara apresentou, onde é notório que o Senhor António Fragona vendeu mais gás do que outros fornecedores, isso se devia ao facto de que era o único revendedor de primeira linha do gás BP, sendo que agora o revendedor passou para a Guarda. Durante esses anos o Senhor Fragona vendia o gás ao revendedor atual e daí o preço ser mais baixo.-----

-----De seguida referiu que no dia 27 de julho de 2018 deu entrada um requerimento dirigido ao Senhor Presidente de Câmara solicitando um apoio financeiro para a realização da 1ª Edição do Festival do Azeite em Vale de Azares, no dia 9 de dezembro de 2018, mas lamentou estarem a trabalhar sozinhos, porque ainda não obtiveram uma resposta da Câmara. Contudo, existe em Vale de Azares um lagar de azeite a funcionar, é uma terra de tradição de lagar e portanto acha que é uma terra com legitimidade para avançar com esse evento.-----

-----Relativamente à escola de Vale de Azares também disse que solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal e até ao momento não os obteve.-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** começou a sua intervenção dando os parabéns à Câmara Municipal pelo evento Sports Fest que foi ali apresentado.-----

-----De seguida disse que no dia 27 de setembro se celebrou o dia mundial do turismo, e uma das apostas que teria de ser feita era nas

pessoas e no património que efetivamente se tem, pois o turismo se calhar é aquilo que, eventualmente, nos territórios de baixa densidade poderá ser uma saída e incrementar tudo aquilo que é o turismo, o que é absolutamente positivo. Porém, questionou se a torre do castelo iria continuar fechada. -----

-----Na última sessão da Assembleia Municipal falou-se do assalto que ocorreu na Câmara Municipal e o Senhor Presidente disse que ainda não havia uma conclusão, que o núcleo de investigação criminal esteve na Câmara e que fizeram a inspeção judiciária, fizeram a análise criminalista e a recolha de vestígios e de provas, inquirindo se já houve alguma decisão relativamente a esse assalto ou se chegaram à conclusão que infelizmente não roubaram a dívida. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** em nome da bancada do PSD apresentou uma Moção de Repúdio relativamente à utilização das redes sociais para fazer política, documento cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Seguidamente deu os parabéns ao Executivo por não ter deixado cair o Festival do Parapente, que no seu ver foi um sucesso sendo um enorme contributo para que o turismo vingue no Concelho de Celorico da Beira. -----

-----A título informativo quis alertar que relativamente à falta de água, o assunto parece estar esquecido, e portanto quis saber se as medidas que foram anunciadas no ano passado, algumas que ainda abrangeriam o Concelho de Celorico da Beira, se alguma coisa de facto caiu nas mãos dos produtores do Concelho. -----

-----Disse ainda que, um munícipe o questionou se Celorico da Beira iria ter um serviço de estomatologia, porque ouviu na televisão que todos os Concelhos teriam esse serviço, adicionado ao serviço nacional de saúde. Nesse sentido, quis saber se houve alguma informação por parte do poder central, qual o critério, como se ia processar esse sistema e o porquê de

alguns Concelhos do Distrito já terem sido contemplados e o Concelho de Celorico ainda não. Mas faria todo o sentido que o fosse, pois é um Concelho com dificuldades financeiras, portanto seria bom que o mais depressa possível Celorico fosse contemplado com esse serviço que todos sabem ser necessário.-----

-----A Senhora **Deputada Olga Marques** começou por dar os parabéns à bancada do PSD pela moção de repúdio apresentada relativamente à questão das redes sociais e ao mau uso dessas mesmas redes, e lamentar profundamente por nenhuma outra bancada durante doze anos em que o anterior Executivo, e os seus familiares, foram atacados de forma feroz, indigna e incorreta, e nunca houve qualquer diligência nesse sentido nesta Assembleia Municipal para fazer a defesa. -----

-----Relativamente aos CTT, que parece que vão fechar em onze Concelhos, questionou se o Senhor Presidente tem algum ponto de situação sobre esse assunto quanto ao Concelho de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Deputado António Faria** disse que já há alguns anos tem vindo a intervir na Assembleia Municipal sobre o Estádio Municipal e sobre outros assuntos, mas quis dar os parabéns, em nome da Direção do Sporting Clube Celoricense, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo que fez, pois o estádio Municipal nesse momento estava de cara lavada e os balneários também, e também por o Senhor Presidente estar sempre presente nos eventos, lançando um repto a todos para irem ver os jogos de futebol.-----

-----Em nome do Sporting Clube Celoricense deu conhecimento que têm muitos miúdos envolvidos no desporto e por isso fizeram um protocolo com as Juntas de Freguesia de Vale de Azares, Lageosa do Mondego e Ratoeira, no sentido de levarem algumas equipas para as aldeias e assim ativarem os campos de futebol. -----

-----A Senhora **Deputada Alexandra Monteiro** disse que indo ao encontro de um dos temas que abordou na última sessão da Assembleia Municipal, que foi o tema dos incêndios, quis dar os parabéns pelo simulacro efetuado no Espinheiro. -----

-----Mais disse não entender como se dirige uma Assembleia Municipal, porque não entende muito bem como são as intervenções, havendo colegas em que lhe é cortada a palavra em determinados temas e outros não. Também gostaria de ter acesso aos documentos que são levados à Assembleia para se fazerem comparações com o anterior Executivo, para poder estar por dentro dos assuntos, uma vez que não era deputada nessa altura. -----

-----Por fim, é de opinião que o Executivo não deve imputar responsabilidades às Juntas de Freguesia, como no caso das limpezas de caminhos, da água, cortes de luz, habitação social etc., pois há técnicos na Câmara com competências para isso. A Junta de Freguesia pede ajuda à Câmara e era importante que lha dessem para que pudessem fazer o seu trabalho, e isso sim, seria política de proximidade. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que, apesar de haver um Regimento e uma Lei para se orientarem, em todas as regras existem exceções e cabe-lhe a ela, enquanto Presidente da Assembleia, dirigir a sessão, não quebrando as regras, não as excedendo, mas dando um bocadinho de liberdade, uma vez que os assuntos trazidos ali são de interesse geral para o município e têm de ser respondidos e esclarecidos, o que não quer dizer que por vezes haja exceções, mas sempre dentro do princípio geral. -----

-----O Senhor **Deputado José Sousa** disse que, já na primeira reunião deste mandato autárquico chamou a atenção para que todos conhecessem o Regimento da Assembleia Municipal, mas acha que seria melhor rasgá-lo, pois na última sessão estiveram três horas no período antes da ordem do

dia e nesta sessão vai-se pelo mesmo caminho. No Regimento da Assembleia Municipal o Senhor Presidente já não teria mais tempo de antena, pois já gastou os trinta minutos que o Regimento lhe permite. -----

-----Mais disse que teve conhecimento que a Câmara Municipal adquiriu há algum tempo atrás o edifício da Fundação de Celorico da Beira, logo gostaria de ser informado, de uma maneira clara e objetiva, qual o acordo que foi feito, quais as verbas envolvidas e se de facto aquele edifício irá ter alguma utilidade ou se irá ficar ao abandono.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que, relativamente ao Festival do Azeite na Freguesia de Vale de Azares, a Câmara Municipal estava disponível para todas as freguesias sem exceção. Foi rececionado esse pedido e ainda não deram resposta a essa solicitação, mas não deixarão de o fazer. Quis ainda dar os parabéns por essa iniciativa, porque tudo o que contribua para dinamizar e divulgar o Concelho de Celorico da Beira era bem-vindo.-----

-----No que se refere ao encerramento da escola de Vale de Azares, pensa que deveria ter feito a mesma solicitação junto do Agrupamento de Escolas e da DGEST (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), pois é este organismo que tem a responsabilidade direta do fecho ou não das escolas. Em todo o caso, não é a Câmara Municipal que tem o poder de fechar ou não as escolas, a Câmara teve de dar informação ao que lhe foi solicitado. Porém, convém lembrar que a escola de Vale de Azares foi a 22ª a encerrar neste Concelho. Há duas razões que contribuíram para esse facto, que foi o fator demográfico e as opções dos pais das crianças terem os seus filhos noutras escolas. Assim, é de opinião que não era pedagogicamente aceitável que duas crianças estivessem isoladas numa escola, porque também têm de socializar. Portanto, a razão inerente ao fecho da escola de Vale de Azares foi a que esteve no fecho de todas as outras escolas.-----



-----Quanto às questões do Senhor Deputado Albino Bárbara agradeceu os parabéns em relação ao evento do Sports Fest, que já vai na terceira edição, havendo um envolvimento muito grande do Gabinete de Desporto, e espera que seja um grande sucesso. -----

-----Relativamente ao dia mundial do turismo também estava de acordo com a afirmação proferida, em que o turismo seria a única alavanca para o desenvolvimento destes territórios, e tudo o que está associado às pessoas que são o principal património que se tem com as suas características, com as suas especificidades, com as suas qualidades, e obviamente, a tudo o que lhe está associado desde os produtos endógenos, à paisagem, ao património cultural, enfim, acha que alguns espaços estão por explorar havendo ainda muito para trabalhar -----

-----No que concerne o assalto à Câmara, informou que o processo estava arquivado, pois não foi encontrado nada de significativo e os ladrões não foram detetados. -----

-----Em relação às redes sociais disse que poderão continuar à vontade, desde que ele esteja bem com a sua consciência, portanto o mal dizer não lhe importa. Porém, constatou a ingenuidade, ou por ventura, a ignorância de algumas pessoas, ou até a maldade e o cinismo que elas têm, porque quando se associam a um perfil, também de alguma forma, são no mínimo, cúmplices, porque estão a alimentar uma coisa que todos, publicamente, repudiam. -----

-----Quanto ao festival do parapente agradeceu os parabéns que lhe foram endereçados e comunicou que pretendiam renovar e associar outras iniciativas a esse festival. -----

-----No que se refere à falta de água, a preocupação tem sido o armazenamento de água no inverno, para se ter no verão, e todo o processo de informação e de sensibilização é uma responsabilidade que se tem. -- -----

-----Quanto à questão da estomatologia no Centro de Saúde disse desconhecer essa situação.-----

-----Sobre o fecho dos CTT é uma questão que os preocupa, sabem que já foi debatido em sede da CIM (Comunidade Intermunicipal) e os municípios de Fornos de Algodres e Manteigas já foram notificados no sentido do encerramento desse serviço público. Celorico da Beira ainda não tem nenhum conhecimento oficial sobre essa questão, mas tem de se mostrar desagrado quanto a essa situação. -----

-----Em relação à intervenção do Senhor Deputado António Faria agradeceu os parabéns que lhe foram endereçados, pois tinham-se comprometido em limpar o Estádio Municipal e de facto como o Estádio estava era um péssimo cartão de visita, mas felizmente já está limpo. Ainda ligado ao futebol, disse que a descentralização era sempre bem-vinda e foi uma decisão do Sporting Clube Celoricense fazer o protocolo com as Juntas de Freguesia. -----

-----Agradeceu também os parabéns endereçados pela Senhora Deputada Alexandra Monteiro, pelo simulacro que houve no Espinheiro, mas este teve a ver com o programa aldeias seguras. Em relação aos documentos que serviam de base para fazer comparações são utilizados no sentido de justificar algumas situações e os dados estarão sempre disponíveis nos serviços. Quanto às Juntas de Freguesia melhor ou pior tem havido colaboração e podem sempre contar com o Executivo. -----

-----Quanto à questão que o Senhor Deputado José Sousa colocou, relativamente ao Edifício da Fundação, informou que ainda não foram feitas as escrituras, mas há um compromisso estabelecido em que houve a pretensão da Câmara em adquirir o Edifício a um custo de 5€, havendo um custo que lhe está associado e que tem a ver com uma situação de comodato, por 50 anos, entre a ADCC (Associação de Desenvolvimento do Concelho de Celorico da Beira) e a Fundação, onde há uma contrapartida de 25.000€ para a ADCC libertar o edifício. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que, em 2005 tinha proposto uma solução para a Fundação, em 2009 também e agora propôs outra vez

à Câmara Municipal se queria continuar ou acabar com a Fundação, cuja resposta foi que a Câmara queria acabar com a Fundação. Portanto, a Fundação vai ser extinta e o património vai ser vendido à Câmara pelo mesmo valor pelo qual foi adquirido. Acrescentou que havia um comodato por 50 anos entre a Fundação e a ADCC e que esta, na altura, entrou com cinco mil contos (5.000\$), portando acha justo que assim seja, sendo esse o entendimento a que se chegou.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que têm ideias e projetos em vista e é nesse sentido que também manifestaram um imediato interesse nesse património. -----

-----Filipe Guerra, **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares** relativamente ao encerramento da escola de Vale de Azares, disse que a Junta de Freguesia fez uma publicação há cerca de um pedido de esclarecimentos que fez à Câmara, em julho. Em agosto fez uma comunicação para a DGEST que respondeu que foi intenção dos parceiros educativos proceder-se ao encerramento da escola. Achando legítimo querer saber o ponto de situação lamentou profundamente a postura e o meio que o Senhor Presidente da Câmara utilizou, em que fez um ataque pessoal e político ao Presidente da Junta no *facebook*.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que explicou com argumentos e que não atacou ninguém, tendo respondido, porque houve um ataque à Câmara, quando na verdade não quiseram essa responsabilidade, pois a escola tinha apenas dois alunos. -----

-----De seguida a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação a moção de repúdio apresentada pelo Senhor Deputado Joaquim Abreu sobre a forma inqualificável de como se tem utilizado as redes sociais -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 24 votos a favor, aprovar a Moção apresentada.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29/06/2018**-----

-----Foi presente a ata n.º 4, referente à sessão ordinária do dia 29/06/2018, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

-----2. **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27/04/2018**-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Minhocal; -----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----O Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----3. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que, o documento distribuído continha toda a informação sobre a atividade municipal, desde a última Assembleia Municipal, pelo que, se colocava à disposição dos Senhores Deputados caso pretendessem algum esclarecimento. -----

-----Relativamente à informação escrita disse que havia um conjunto alargado de eventos e reuniões com vários organismos. -----

-----**4. 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2018** -----

-----Foi presente para aprovação, a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2018, documento cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor Presidente sobre o assunto em questão passou a palavra ao Técnico José Tavares para prestar alguns esclarecimentos. -----

-----O Senhor **Deputado José António Sousa** questionou qual o ponto do Regimento da Assembleia Municipal que permitia dar a palavra a um técnico ou funcionário da Câmara. -----

-----Disse ainda que, se o Técnico falasse, ele se ausentava da sala. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** respondeu que o técnico tinha toda a legitimidade, até porque foi ele que escreveu essa proposta, e o facto de o técnico poder prestar alguns esclarecimentos decorre da Lei e não do Regimento. -----

-----Disse ainda que o Senhor Deputado era livre de fazer o que entendesse, nomeadamente sair da sala, mas o técnico ia prestar esclarecimentos. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que quem fazia a apresentação dos documentos era o Executivo Municipal. Os Técnicos serviam para complementar qualquer atitude política e técnica que os políticos não tenham a capacidade de o poder fazer. Nomeadamente, a revisão do orçamento e GOP's era meramente uma questão política, em todo o caso se houver questões técnicas, deve o técnico responder. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que isso sempre tinha sido assim, neste e noutros mandatos. Antes ou depois do esclarecimento técnico o Senhor Presidente terá a palavra para dizer o que entender por conveniente em relação a esse assunto. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse estar boquiaberto com as intervenções que se estavam ali a ter, pois o que estava em causa era uma explicação técnica. -----

-----*Retirou-se da sala o Senhor Deputado José Sousa.* -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que o que queriam ouvir era a explicação técnica e as opções políticas virão depois. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** acha que se está perante um preciosismo e que estão a desvirtuar e a criar uma questão que é uma não questão, pois todo o debate político seria mais rico se tivesse uma base técnica. Portanto, acha que faz todo o sentido o técnico dar uma explicação, pois é ele quem melhor sabe dos assuntos. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que qualquer opção em termos de orçamento e GOP's era uma opção política. Os políticos têm de apresentar primeiro os assuntos e depois os técnicos podem dar alguma explicação.-----

-----O Técnico José Tavares, no que concerne à 3ª revisão ao orçamento, começou por dar conhecimento de que esta alteração tem como objetivo essencial prever no orçamento da receita valores relativos a uma candidatura para construção de um canil que ainda aguarda aprovação (50.000€), bem como receita relativa a projetos de promoção turística com o Instituto do Turismo de Portugal (41.000€), cujas despesas já tinham sido previstas em alterações orçamentais anteriores. Também se criaram rubricas na receita para possíveis vendas de terrenos e edifícios, rubricas essas que não estavam previstas no orçamento inicial.-----

-----Estas novas previsões de receita resultam num aumento global do orçamento da receita em 91.060€, o que permite um aumento do mesmo montante no orçamento da despesa, sendo que se aproveitou esta revisão para ajustar rubricas da despesa tendo em conta previsões para o último trimestre do ano, de onde se destaca a compra de Água (73.000€), que serão possíveis encargos para o resto do ano com a aquisição da água em alta à “Águas do Vale do Tejo”, pelo facto de ter transitado alguma dívida de 2017, bem como os encargos das instalações (80.000€), que serão encargos com eletricidade de edifícios e iluminação pública. Têm também, a aquisição de edifícios (94.000€), uma rubrica criada tendo em consideração a provável compra de edifícios, sendo que 69.000€ são para assegurar a possível aquisição de edifícios devolutos na vila de Celorico da Beira. E por fim, a Habitação Social (59.540€) para encargos a suportar com a diferencial das tipologias dos fogos a adquirir à empresa “MRG Engenharia e Construção S.A.”.-----

-----Todos os acertos orçamentais na despesa foram, efetuados por contrapartida de rubricas em que já não se prevê a realização de mais

despesas em 2018, sendo que, em dois dos projetos previstos no PPI, os valores passam de 2018 para 2019. -----

-----Posto isto, houve várias alterações de pequeno valor no orçamento de despesas, diversas rubricas, algumas na sequência do início do novo ano letivo, alimentações, transportes, gasóleo, também a possibilidade de subsídios para as associações desportivas no âmbito dos pedidos do Sporting Celoricense que, em princípio, irão manter o que foi atribuído no ano anterior e, face a essa situação reforçou-se também a rubrica dos apoios das associações desportivas prevendo no orçamento o mesmo montante, atribuindo-lhe um subsídio nos mesmos moldes que foi atribuído no ano anterior.-----

-----*Retomou os trabalhos o Senhor Deputado José Sousa.*-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que este assunto foi debatido em sessão de Câmara questionando qual foi o documento que foi aprovado, pois ele teve acesso a dois documentos em que num deles havia uma alteração, havendo duas redações diferentes.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que esse facto tem uma explicação, passando a palavra ao Senhor Vereador Júlio Santos.

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que, quando foi apresentada a proposta achou que não estava corretamente feita e propôs a sua alteração, fazendo-se essa mesma alteração na redação, porque a Fundação vende o edifício à Câmara por 5€ e não por 25.000€.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou se houve consenso nessa decisão de retificação do documento.-----



-----O Senhor **Vereador José Albano Marques** disse que se devia ter dito no documento que chegou à Assembleia Municipal a alteração que foi aprovada, que foi a retirada naquela rubrica dos 25.000€ à Fundação. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** referiu que a bancada do PS não iria votar esse documento.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que o Senhor Deputado Albino Bárbara teve acesso a um documento, que os outros deputados não tiveram. -----

-----O Senhor **Vereador José Albano Marques** esclareceu que, a proposta deveria dizer que o documento foi retificado, devendo ter sido retirado os 25.000€ que iriam para a Fundação, tendo também de ser retirado esse valor aos 90.000€ dessa rubrica. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que poderia ter havido uma falha de redação e que poderia ter sido retificado no texto. -----

-----O Técnico José Tavares explicou que o que é facto é que os mapas mantiveram-se na mesma, e a questão foi que o compromisso que ficou entre todos os Vereadores foi que posteriormente se retificaria a situação quando se decidisse qual o modelo para se transferir a verba para a ADCC. -----

-----O Senhor **Vereador José Albano Marques** disse que o que estava a suscitar dúvidas era que quando se retificou esse documento era, no sentido de que, se não havia a aquisição da Fundação por 25.000€ teria de ser retirado esse valor da proposta e que depois se retificava essa verba para a ADCC, agora os 94.000€ não poderiam ali constar. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que o que ali estava não tinha qualquer problema em termos técnicos, pois era uma rubrica com mais dotação.-----

-----O Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo** referiu que, se o Senhor Vereador José Albano, como disse, trabalhou o assunto em discussão com a sua bancada, assim sendo, se a bancada ficou esclarecida, questiona qual é o não assunto que está a ser levantado entre o Vereador e a bancada do PS. -----

-----O Senhor **Vereador José Albano Marques** disse que o Senhor Deputado não estava a perceber, porque houve um erro no valor que não deveria ser 94.000€, mas este valor menos os 25.000€ -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** foi de opinião que esse ponto deveria ser retirado e vir à próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que a política era o Executivo que a fazia e as contas eram os técnicos que as faziam. Quando apareceu a proposta de vender por 25.000€ ele disse que não poderia ficar assim, e a proposta era criar uma rubrica de 95.000€, com os 25.000€ da Fundação, retirando este valor não vê qual é o problema, não tem de se baixar nada. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou se, em Reunião de Câmara, foi aprovado que viesse à Assembleia Municipal a proposta da forma como veio, sendo que, o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e os Senhores Vereadores respondam afirmativamente, tendo a mesa decidido levar a votos a proposta apresentada. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que só para acrescentar que depois daqueles esclarecimentos todos, não concordava que o assunto fosse retirado. -----

-----Retiraram-se da sala os seguintes Deputados da bancada do PS não participando na votação: **Ana Isabel Lucas Cabral Janelas, Olga Maria Pereira Marques, Albino Freire Bárbara, Alexandra Raquel da Fonseca Monteiro, Flávio Manuel Granjal de Sá, Maria Angelina Veloso Marques Dias, João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados, António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide-Entre-Vinhas e Salgueirais, Francisco Duarte Amaro Coito Tesoureiro da Junta de Freguesia de Minhocal.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra, 5 abstenções e 18 votos a favor, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano de 2018.-----

-----Retomaram os trabalhos os Senhores Deputados da Bancada do PS que se tinham retirado da sala. -----

-----**5. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE IMI PARA 2019**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente uma proposta, documento cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando de que na reunião do Executivo, realizada no dia 06/09/2017, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, que se aplicasse nos termos do art.º 112.º, do CIMI, uma taxa de 0,8% para prédios rústicos e de 0,4% para prédios urbanos, para o ano de 2018.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que têm diversos compromissos e que todas as candidaturas implicam um investimento por parte da Câmara Municipal de 15%, pois as candidaturas só financiam 85%. Esclareceu que a obra da Escola C+S Sacadura Cabral tem um custo para a autarquia de 150.000€. Há, também, um conjunto de intervenções a nível de largos, no edifício que se encontra no mercado dos paus, na corredoura, junto ao castelo e para que essas obras se concretizem têm de ter fundos e as receitas provêm dos impostos que a Câmara recebe. Para além da obrigação do Município pode acontecer que haja uma capacidade de aumentar receita, como também pode acontecer perder-se receita que foi o que aconteceu, pois a empresa das eólicas em que tem de se proceder à devolução das verbas do IMI que se tinham como certas. Portanto, dentro das decisões políticas e da análise técnica, o que se fez foi uma análise realista daquilo que são as receitas e as despesas. Contudo, há uma situação em que se fez uma análise técnica responsável para equilibrar receitas e despesas e que tem a ver com a taxa do IRS em que se propôs a subida de 4% para 5%. No entanto, desde essa análise até ao momento houve circunstâncias que mudaram, havendo a hipótese de se conseguir uma receita que irá compensar a perda de receita, havendo assim a possibilidade de até ao final do ano existirem condições para se conseguir manter a taxa do IRS nos 4%. Todavia, propôs que a proposta apresentada fosse retirada para ser retomada numa próxima reunião de Executivo e depois voltar à próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que o Senhor Presidente da Câmara se adiantou e acabou por explicar todas as propostas das taxas e propôs que se retirasse o ponto referente à taxa do IRS. -- -----

-----Neste ponto, o Técnico, começou por explicar que a proposta do Senhor Presidente relativamente à taxa do IMI, é para manter o valor de 0,4% que, foi o que ficou aprovado no ano passado, sendo também a taxa que está prevista no plano de saneamento financeiro. -----

-----Ainda relativamente ao IMI e tal como já foi aprovado, essa é uma situação que acaba por afetar toda a política fiscal em relação aos restantes impostos, na elaboração dos orçamentos dos próximos anos.-----

-----Ainda não se conseguiu qualificar a real consequência do valor na questão dos parques eólicos, tendo em conta a reavaliação de imóveis, por parte da Autoridade Tributária, que entendeu que os parques eólicos deviam ser tributados em sede de IMI, cujas empresas sempre contestaram essa situação e acabaram por levar o assunto a Tribunal, arrastando-se o caso de recurso em recurso. Quando as sentenças saíram, não foram favoráveis à Autoridade Tributária, no entanto quem ficou lesado foi o Município, que tem de devolver o IMI que recebeu em anos anteriores, além de que deixa de receber essa mesma receita, como já vinha a acontecer há já alguns anos. -----

-----Clarificou, que este ano o Município foi penalizado por dois fatores, o da descida da taxa do IMI de 0,5% para 0,4% e a perda da receita de IMI dos parques eólicos, que rondava os 30.000€ anuais. No entanto, o valor do ano 2014 já foi devolvido, bem como, 15.000€ referentes ao ano 2015. De modo que, só no final do ano é que se terá a real noção de quanto é que se perdeu. -----

-----Mais disse que, efetivamente existe um défice que só poderá ser verificado em sede de execução do plano. O importante é que se tente cumprir o que está previsto no plano, para que assim o Município saia do excesso de endividamento, esse é o objetivo a médio prazo. Qualquer alteração ou desvio que estava previsto inicialmente no Plano de Saneamento Financeiro deve ser precedida de um estudo técnico, ou seja, uma reformulação do plano. A não execução de um plano desses,

implicará endividamento, processos, juros e encargos adicionais para o Município, que é tudo o que se quer evitar.-----

-----Assim sendo, a sua recomendação é a de cumprir o que está planeado, depois se em sede de execução dos planos, se verificar que se está a cumprir ou a ultrapassar os objetivos previstos, aí então, haverá uma folga, uma margem. Fora isso, não recomenda alterações ao que estava no Plano de Saneamento Financeiro.-----

-----Posto isto, sobre os impostos que estão para votação, como Técnico aconselha a manutenção da taxa de IMI, que era o que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro, recomenda a manutenção da taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2019, recomenda a reposição da taxa da Participação Variável do IRS para 5%, conforme estava previsto e quanto à Taxa da Derrama, propôs também, a manutenção da taxa máxima, no sentido de se tentar cumprir com o Plano de Saneamento Financeiro.-----

-----Disse ainda, que apesar de ser sempre a favor de qualquer benefício, a sua opinião técnica, é que qualquer alteração para o que está previamente estipulado no Plano de Saneamento Financeiro, deverá ser fundamentado com um parecer técnico ou podendo haver a entrada de receitas poder-se-á reverter a decisão anterior em reunião de Executivo para depois ir à Assembleia Municipal para aprovação.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que a explicação das taxas foi geral, englobando-as todas, no entanto, serão votadas uma a uma.-----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que de uma forma responsável, e independentemente das contas apresentadas, têm uma proposta de IMI de 0,4% para 0,3%.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que as propostas sobre as taxas do Município só podem ir à Assembleia Municipal depois de serem aprovadas em reunião de Câmara, pois é uma competência do Executivo. A Assembleia Municipal aprova as taxas do Município, sob proposta da Câmara Municipal. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que, para qualquer munícipe que paga impostos o ideal seria ter as taxas a zero ou no mínimo. Mas também têm o dever de lembrar e informar que, em setembro de 2017, a bancada da coligação PSD-CDS, na Assembleia Municipal, propôs uma taxa de IMI de 0,35% contrapondo a taxa de IMI 0,4% proposta pelo PS, mas não foi possível, ficando aprovadas as restantes taxas no máximo, à exceção do IMI que baixou de 0,5% para 0,4%. Entretanto, passaram uns meses, e em dezembro de 2017, já na oposição, aprovou-se uma taxa de IRS de 0,4% gerando algum desconforto nos compromissos do município. Lembrando que, o município se encontra em processo de saneamento financeiro, a dívida a longo prazo são cerca de 11M€, tendo o município, neste momento, um encargo acrescido de 90.000€ para os próximos quinze anos. Ainda assim, o Executivo mantém a taxa de IMI inalterada. Sabem perfeitamente que a Lei dos compromissos não perdoa, estando nas mãos deles, em termos de contas e de taxas, e por isso a posição deles é clara e gostaria que passados dois anos pudessem baixar ainda mais. -----

-----No uso da palavra o Senhor **Vereador José Albano Marques** disse que relativamente à questão das taxas pensava haver ali uma má explicação, pois apresentou ao Executivo propostas para as taxas em questão que não foram analisadas. Portanto, o que o Senhor Deputado Albino Bárbara estava a apresentar na Assembleia Municipal era uma proposta para ser analisada. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** questionou o Senhor Deputado Albino Bárbara se era uma proposta que estava a apresentar, à qual respondeu que sim. Esclareceu, novamente, que a proposta não pode ser feita pelo Senhor Deputado, na Assembleia Municipal para ser votada, mas sim pelo Senhor Vereador em reunião de Câmara e se aprovada, ser levada à Assembleia Municipal para votação. ---

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** disse que têm o dever de fiscalizar a Câmara e ali o erro foi colocar proposta, mas era uma recomendação ou sugestão ao Executivo sobre a Taxa da Derrama, passando a apresentar o documento cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Disse ainda que gostaria de sugerir também o IMI familiar, passando a apresentar o documento cuja cópia se anexa a esta ata (8), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente às considerações do Senhor Deputado Albino Bárbara, o ideal seria pagar-se menos e chegar-se a zero, mas estão numa situação que os obriga ao cumprimento de um plano financeiro. Têm que contar com aquilo que é a previsão das receitas e com as despesas que são fixas e que absorvem todas as receitas. Neste momento, já estão com um grande aperto, porque as verbas são reduzidas. Em termos de IRS só para o ano que vem é que vai entrar a receita relativa à baixa dos 0,5% para os 0,4%. Contudo, é de ponderar a proposta do senhor Deputado no que respeita ao IMI familiar, parecendo razoável fazer-se essa análise. Porém, baixar-se outras taxas seria um ato de irresponsabilidade, compreendendo o papel da oposição. -----



-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 votos contra, 2 abstenções e 18 votos a favor, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----**6. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE DERRAMA PARA 2019-**

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (9), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando de que na reunião do Executivo, realizada no dia 06/09/2017, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, o lançamento de 1,5% de derrama, para o ano de 2018.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 votos contra, 2 abstenções e 19 votos a favor, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal**-----

-----**7. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA 2019**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (10), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando de que na reunião do Executivo, realizada no dia 06/09/2017, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a aplicação, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10/2, a taxa percentual de 0,25%, para o ano de 2018.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----**8. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2019**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata (11), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, informando de que na reunião do Executivo realizada no dia 06/09/2017, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a fixação em 5%, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3/9, da percentagem a obter pelo Município de IRS para 2018. -----

-----Face ao anteriormente exposto, e por sugestão do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs que este assunto fosse retirado da ordem do dia, colocando-o à votação.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 abstenções e 26 votos a favor, aprovar a retirada deste assunto da ordem do dia, por forma a ser analisada a viabilidade de se baixar a taxa de participação variável do IRS.**-----

-----**9. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO - 1º SEMESTRE DE 2018-**

-----Foi presente para conhecimento Relatório do Auditor Externo sobre a informação financeira do 1.º Semestre de 2018, acompanhado das demonstrações financeiras, documento cuja cópia se anexa a esta ata (12), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**10. APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO PARQUE INDUSTRIAL DA A25**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 25/06/2018, com registo interno n.º 2133, remetendo e após

discussão pública, a aprovação do Projeto de Regulamento identificado em epígrafe, documento cuja cópia se anexa a esta ata (**13**), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que na sequência do trabalho que tem vindo a ser feito e que visa regulamentar o Parque Industrial A25, apresenta-se ali um Regulamento que regula tudo o que está dentro do Parque Industrial, sendo este um dos primeiros passos que tinha de ser feito.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse estarem satisfeitos por haver aquele regulamento para aprovação, pois o primeiro passo foi dado e espera que haja investimento.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 8 abstenções e 21 votos a favor, aprovar o Projeto de Regulamento do Parque Industrial da A25.**-----

-----**11. OBRAS DE REMODELAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de 14/09/2018, com registo interno n.º 2942, dando conhecimento da intenção do Executivo em promover a reabertura das Piscinas Municipais, no culminar de um processo de estudo completo das alterações necessárias e soluções de implementação das mesmas, propõe para deliberação a aprovação das obras consideradas necessárias. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que em relação a esse assunto houve uma inflexão no que respeita à mudança de posição inicial relativamente a verbas que estavam associadas à eficiência energética. Aproximadamente 400.000€ seriam destinados na sua

totalidade para a iluminação pública, mas houve uma mudança de opinião, porque uma parte das verbas ficariam para a iluminação pública e a outra parte para se aplicar nas piscinas municipais, havendo também novas candidaturas nesse âmbito. -----

-----Ao nível geotécnico do tanque pequeno e tendo em consideração que o projeto que estava previsto, do ponto de vista técnico, não seria a melhor resposta decidiu-se avançar com um projeto que engloba duas candidaturas, uma para a eficiência energética e a outra para as obras nas piscinas. Portanto, haverá um aproveitamento da eficiência energética ficando só a piscina maior, criando um espaço na piscina pequena para outras atividades. Pretende-se que seja um projeto sustentável, que dê uma resposta e que a curto/médio prazo seja uma realidade. Contudo, é de opinião que é um equipamento fundamental para os munícipes, para os estudantes e para os idosos puderem usufruir. -----

-----O Senhor **Deputado Albino Bárbara** subscreveu as palavras do Senhor Presidente, mas a posição da sua bancada tem a ver com números, podendo esse projeto ficar em meio milhão de euros. Portanto, questionou o Senhor Presidente se com esse projeto as pessoas iriam ficar em segurança. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o montante que se irá gastar são 300.000€. Portanto, só se poderá avançar com um projeto daqueles tendo garantias de que tudo ficará acautelado. ----

-----Mais disse que as caixilharias terão de ser substituídas e o problema da instabilidade tinha a ver com o tanque pequeno e esse será intervencionado. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que à semelhança de outros assuntos, o das piscinas municipais também foi ali falado durante muito tempo. Apesar de aparecerem estudos há sempre riscos e, sendo

assim, é preferível estarem fechadas e não haver acidentes do que estarem abertas e haver algum acidente. Contudo, acredita que sendo viável será uma grande solução. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 abstenções e 19 votos a favor, aprovar as obras de remodelação das Piscinas Municipais.** -----

-----**12. DOAÇÃO DE TERRENO**-----

-----Foi presente proposta, com registo interno n.º 2349, de 11/07/2018, dando conhecimento da intenção de doação, pela parte do seu proprietário, do terreno denominado Serrado, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 749, sito na União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego, com a área de 1.19ha, propondo a aceitação da doação e correspondente registo do mesmo em nome do Município de Celorico da Beira. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**13. TRIBUNAL DE CONTAS - DIREÇÃO GERAL- ADESÃO À ADIRAM**-----

-----Foi presente, para conhecimento, fax do Tribunal de Contas – Direção Geral – Departamento de Controlo Prévio, a informar que o mesmo decidiu conceder o visto ao(s) ato(s)/contrato(s) relativo(s) ao(s) processo(s) identificado(s) em epígrafe. -----

-----No uso da palavra o Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que, o Tribunal de Contas aprovou a adesão das aldeias de montanha que, no Concelho de Celorico da Beira, são cinco aldeias – Prados, Cadafaz, Rapa, Vide-Entre-Vinhas e Salgueirais. Algumas atividades passarão a ser financiadas através da ADIRAM. O Cadafaz teve a atividade do BTT –

Enduro que foi financiada pela ADIRAM em 8.500€. O Festival da Castanha também será financiado no âmbito desse projeto da ADIRAM. ----

-----Para concluir disse que, em relação à ADIRAM tiveram o cuidado de chamar as Juntas de Freguesia, após a última Assembleia Municipal, e foram convidadas a aderir ao Destinature e algumas delas já aderiram, pois tem de se arranjar formas de financiamento, mas pelo que lhe é dado saber a Junta de Freguesia de Vale de Azares não aderiu.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**14. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**-----

-----Foi presente para conhecimento contrato entre o Município de Celorico da Beira e a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, doravante designada como CIMBS e tem como finalidade a delegação e partilha de competências do Município na CIM-BSE, relacionadas com o sistema de mobilidade e o serviço público de transportes de passageiros de abrangência municipal, cuja cópia se anexa a esta ata (14), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----Colocada à votação a aprovação em minuta, individualmente, dos Pontos 4, 5, 6, 7, 10 e 11 foram todas aprovadas por unanimidade.-----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 19.45h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

-----  
-----  
-----